

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES sobre falta de medicamentos nas unidades de saúde do município.

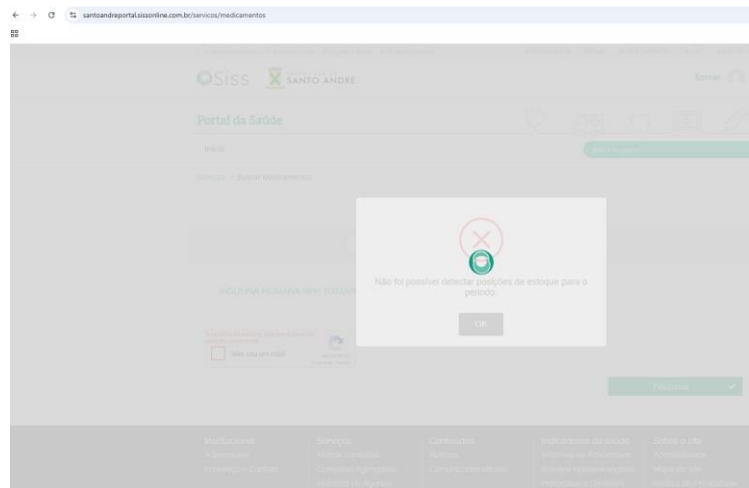
AUTOR: Vereador Clóvis Girardi
Conforme inciso XVII do Art. 158 da Lei Orgânica do Município

Senhor Presidente,

Nos termos dos incisos XVII e XVIII do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município de Santo André, solicitamos que, após a devida aprovação pelo Douto Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, informações detalhadas sobre a falta de medicamentos da cesta básica de saúde nas unidades da rede municipal.

Tem chegado a este gabinete diversas reclamações de usuários relatando a ausência de medicamentos essenciais, como *soro fisiológico, insulina, remédios para tireoide, omeprazol e salbutamol, entre outros*, em unidades de diferentes regiões da cidade. As ocorrências foram verificadas, em especial, nas UBSs do Bairro Campestre, Santo Alberto e Parque João Ramalho, bem como nas UPAs Perimetral e Bangu.

Além disso, constatou-se que, ao consultar o Portal da Saúde do Município, algumas dessas medicações não carregam ou não apresentam informação disponível, conforme obriga a Lei 14654/23,¹ dificultando o acompanhamento da população sobre o estoque e a disponibilidade dos itens:



Diante da relevância do tema, destaca-se que esses medicamentos são fundamentais para o tratamento contínuo de doenças crônicas, estabilização de quadros agudos e manutenção da saúde dos usuários do SUS municipal, sendo imprescindíveis para garantir atendimento adequado, prevenir complicações e reduzir internações evitáveis.



Recentemente, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) aprovou o projeto de lei complementar (PLC) nº 49/2025, proposta pelo governador Tarcísio de Freitas que extingue a FURP (Fundação para o Remédio Popular) responsável pela produção de uma diversidade de medicamentos essenciais, como anti-hipertensivos, antibióticos, hipoglicemiantes, imunossuppressores, entre outros.²

Diante desse cenário, é fundamental entender como esse processo pode afetar diretamente o abastecimento dos medicamentos na rede municipal, especialmente diante das faltas relatadas pelos usuários:

1. Quais medicamentos da cesta básica de saúde estão atualmente em falta nas unidades municipais (UBSs e UPAs) citadas?
2. Quais são as causas apontadas pela Secretaria de Saúde para essas faltas?
3. Qual a previsão de regularização dos estoques desses medicamentos?
4. Há processos de compra em curso para repor os itens em falta? Caso sim, quais são os prazos estimados para entrega?
5. Por que determinadas medicações não aparecem ou não carregam no Portal da Saúde do município? Há previsão para correção ou melhoria dessa ferramenta?
6. Quais medidas já foram ou serão adotadas pela Secretaria de Saúde para evitar que tais faltas voltem a ocorrer no futuro?
7. Considerando a extinção da FURP aprovada pela ALESP, quais ações a Prefeitura de Santo André está tomando ou pretende adotar para garantir que essa decisão não comprometa os estoques municipais de medicamentos essenciais?

Plenário “João Raposo Rezende Filho - Zinho”, 18 de novembro de 2025.

CLÓVIS GIRARDI
Vereador

1. BRASIL. Lei nº 14.654, de 23 de agosto de 2023. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 24 ago. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14654.htm Acesso em 18.nov.2025
2. CUT. Alesp aprova fechamento da FURP, fábrica de remédios gratuitos de São Paulo. *CUT – Central Única dos Trabalhadores*, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/alesp-aprova-fechamento-da-furp-fabrica-de-remedios-gratuitos-de-sao-paulo-48e9>. Acesso em 18.nov.2025

SSN

